

Batalhão de Trânsito perde verba da municipalização

AJ16956

Cíntia Bento Alves

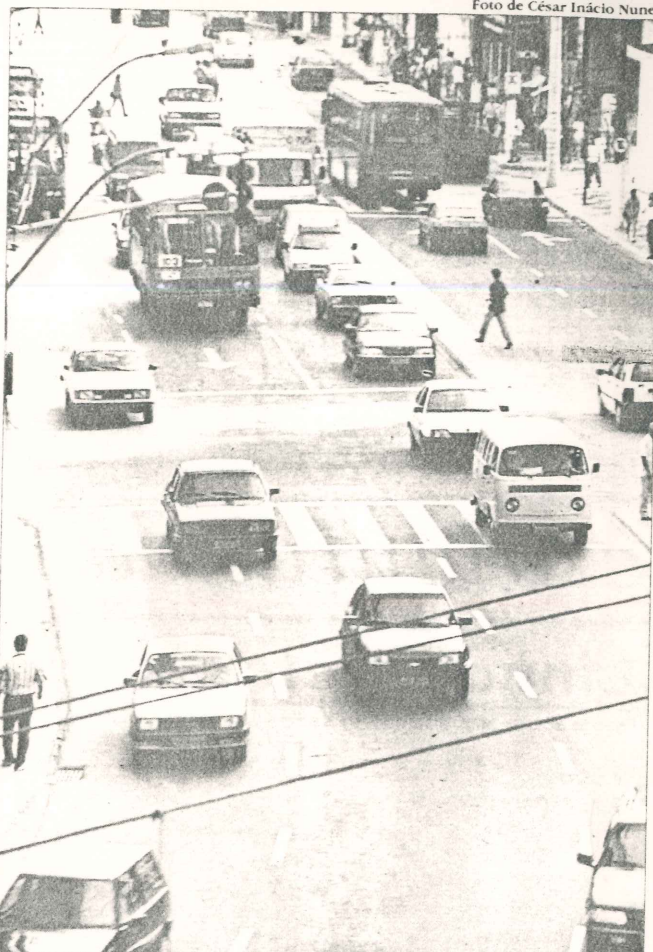
Com a decisão da Prefeitura de Vitória de não realizar a municipalização do trânsito, devido à demora do Estado em dar resposta sobre o convênio que transferiria responsabilidades para a Prefeitura, está suspenso também o convênio que seria firmado entre a prefeitura e Batalhão de Trânsito.

municipal de Transportes de Vitória, Marcelo Ferraz, o acordo previa inicialmente o repasse de R\$ 100 mil para compra de equipamentos, além de uma complementação mensal com uma verba de R\$ 20 mil ao Batalhão de Trânsito. "Além da compra de equipamentos, o dinheiro serviria para a informatização do Batalhão", disse Ferraz.

A contrapartida do Batalhão seria colocar pelo menos 75 policiais por turno na capital. "A fiscalização tem um papel fundamental no trânsito, fazendo o tráfego fluir e evitando que as irregularidades causem congestionamentos", disse o secretário, ressaltando que hoje o número de policiais não é suficiente.

"O convênio daria condições operacionais ao Batalhão, que hoje se encontra praticamente em condições de insolvência", destacou, dizendo que havia uma avaliação na Prefeitura para fazer complementação aos salários dos policiais, como forma de incentivo. "O policiamento é a solução para desafogar as vias comprometidas pelo mau uso", avalia, destacando ainda a falta de policiamento no estacionamento rotativo.

"A falta de policiamento dá margem a um esquema paralelo, de impunidade e extorsão", afirmou o secretário, dizendo que será mantido o repasse de dez motocicletas ao Batalhão, que já foram compradas. Para o comandante do Batalhão de Trânsito, coronel Paulo Serpa, quem perde com a não realização do convênio é a população. "Nós vamos continuar fazendo nosso trabalho da melhor maneira possível", observou.



Em material e informatização, a vigilância do trânsito perde R\$ 100 mil

Governo nega má vontade

O superintendente de Comunicação Social do Estado, Otaviano de Carvalho, garantiu ontem que o Governo pretende concluir o processo de municipalização do trânsito de Vitória. Ele afirmou que a demora na assinatura do convênio, que repassará essa responsabilidade para o município, se deve à espera de um parecer pedido pelo governador Vitor Buaiç à Procuradoria Geral do Estado. "Do jeito que está proposto, a Prefeitura ficaria com 50% da arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Estamos fazendo uma consulta à Procuradoria para saber se há como caracterizar multas de rua com as que envolvem a segurança do cidadão. Queremos que os recursos da primeira sejam revertidos para a Prefeitura e os da segunda para o Governo do Estado", esclareceu. Sem saber informar hora e local, o superintendente disse que hoje haverá uma reunião, envolvendo o Secretário de Estado de Transportes, Detran, Ceturb e Procuradoria Geral do Estado para que o parecer seja discutido.

Vereadores querem explicação

Jacqueline Victoria

Os vereadores de Vitória solicitarão uma audiência pública, convocando os secretários de Transporte da Capital, Marcelo Ferraz, e do Estado, Fernando Betarello, para esclarecerem por que não foi assinado o convênio da municipalização do trânsito. A informação é do vereador João Pedro Aguiar (PT). "Se o problema está centrado na disputa política, teremos que tomar uma posição. Os interesses da população não podem ficar prejudicados", considerou.

Da mesma opinião, o líder da bancada do PT na Câmara, Luciano Resende, disse que a bancada ajudou a aprovar a criação do Departamento de Trânsito da PMV, e que os vereadores precisam ter claro o que provocou a não-assinatura do convênio. O vereador Agnaldo Goldener (PTB) considerou um retrocesso para a Capital, no que diz respeito à área do trânsito. "Vamos continuar com a desorganização do Detran que, conseqüentemente, reflete nesse trânsito de Vitória, que é o caos. Além de que teremos que continuar convivendo com as notícias de irregularidades dentro do órgão", lamentou.

Foto de César Inácio Nunes



A placa de parada e estacionamento proibidos é ignorada na Cidade Alta

Foto de Robson Maia



O carro número 280, da Polícia Civil, estacionou em fila dupla no Centro

Carro oficial comete infração

No final da manhã de ontem, o veículo da Polícia Civil número 280 obstruía o tráfego na rua Aristeu Aguiar, no centro, estacionado em fila dupla. Os motoristas eram forçados a invadir a contra-mão e esperar na fila para conseguir ter acesso à avenida Beira-Mar.

Questionado sobre a necessidade de estacionar o carro no meio do tráfego, o senhor Hilário Onofre Vicentini, que estava sentado dentro do veículo e mostrou sua identificação como investigador de Polícia, reagiu agressivamente. Mesmo estando de bermuda e chinelo, disse que o carro estava a serviço e disparou palavras contra o repórter e o governador Vitor Buaiç, que mereceu dele o adjetivo de "safado".

O secretário estadual de Segurança, Adão Rosa, garantiu que o fato será apurado. "O carro não deveria estar atrapalhando o trânsito e essa pessoa, se for comprovado que exerce função na Polícia, terá que explicar o que estava fazendo na viatura naquele horário e local", disse.

Fiscalização não tem recurso

A falta de efetivo e de equipamentos está dificultando o trabalho do Batalhão de Trânsito. Contando com apenas 50 homens por turno para fazer a vigilância do tráfego de toda a Grande Vitória, a fiscalização não é permanente e permite que as infrações, como estacionamento em cima de calçadas, continuem acontecendo.

O comandante do Batalhão de Trânsito, coronel Paulo José Soares Serpa, estima que sejam necessários pelo menos 600 policiais para que a fiscalização possa ser feita com maior rigor. Hoje, o efetivo do Batalhão é de menos da metade deste número - 285 policiais.

"Com todo o esforço do batalhão, conseguimos fazer apenas um trabalho paliativo. O nosso efetivo vem sendo reduzido, com o deslocamento de policiais para outras frentes de trabalho", disse o coronel, explicando que não há condições de manter policiamento diário em todos os pontos críticos da cidade.

"Retiramos os carros estacionados em local irregular e ordenamos o trânsito. Se o policiamento não continua, volta tudo a ser como antes", destacou. O coronel ressalta que em função das deficiências, o trabalho é concentrado nas blitzes. O batalhão possui apenas dois radares móveis e cinco bafômetros.

"Estamos também praticamente sem viaturas. Não há dinheiro para consertar as quebradas", afirmou. Mesmo com o efetivo pequeno, é grande o número de infrações registradas pelo Batalhão. Em 94, foram 45.155. Já em 95 o número praticamente dobrou: 80.795 infrações. Nos primeiros quatro meses deste ano, foram 25.146 multas aplicadas. Para o tenente José Augusto Picoli de Almeida, do Batalhão de Trânsito, o aumento se deve em boa parte ao maior número de carros particulares circulando na cidade.

Basta uma volta pela cidade, principalmente no centro, para verificar a falta de policiamento. Na manhã de ontem, em frente ao Palácio Anchieta, vários carros estavam tranquilamente estacionados em cima da calçada, não permitindo a passagem de pedestres. A situação é geral na Cidade Alta. "Paro na calçada porque acho um absurdo a cobrança do estacionamento rotativo. No ano passado, levei uma multa, mas compensou porque deixei de pagar o estacionamento durante o ano inteiro", afirmou o comerciante Hélio Jardim, 35 anos.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Carlos Magno da Paz Nogueira, afirmou que estão sendo chamados 560 aprovados no último concurso. No entanto, o curso de formação comporta no máximo 250 pessoas, que iniciarão a partir de julho o curso de um ano. Só depois do término é que outra turma poderá ser chamada.

"Esse número é para recompletar o efetivo, e não para aumentar. Mas não temos como chegar ao número ideal de uma vez", disse, afirmando que os policiais serão distribuídos pelos batalhões, incluindo o de Trânsito.